

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 60/XIII/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de junho de 2017, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:**

A)

Projeto de Lei n.º 347/XIII/2ª (PCP) - Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho);

Projeto de Lei n.º 467/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação (5.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho);

B)

Proposta de Lei n.º 61/XIII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico da prevenção, proibição e combate da discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem;

Projeto de Lei n.º 470/XIII/2.ª (CDS-PP) - Reforça o regime sancionatório aplicável à discriminação em razão da deficiência, alterando o artigo 240.º do Código Penal;

Projeto de Lei n.º 471/XIII/2.ª (BE) - Altera o Código Penal, reforçando o combate à discriminação racial (em nova apreciação);

C)

Projeto de Lei n.º 484/XIII/2.ª (PSD) - 2.ª Alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal e 1.ª alteração à Lei n.º 40/2013, de 25 de junho, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN;

D)

Proposta de Lei n.º 79/XIII/2.ª (GOV) - Aprova o regime especial de acesso a dados de base e a dados de tráfego de comunicações eletrónicas pelo SIRP;

Projeto de Lei n.º 480/XIII/2.ª (CDS-PP) - Acesso a dados de tráfego, de localização ou outros dados conexos das comunicações por funcionários e agentes dos serviços de informações da República portuguesa;

3. **Fixação da redação final do texto que «Recomenda ao Governo que proceda ao bloqueio do acesso a sítios da *Internet* e aplicações digitais potencialmente perigosos ou impróprios para menores (Projeto de Resolução n.º 860/XIII/2.ª (CDS-PP));**

4. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias:**

**COM(2016)747 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira;
Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD)**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 60/XIII/ 2.ª SL

COM(2016)960 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho Segundo relatório intercalar: primeiros resultados sobre o Quadro de Parceria com os países terceiros no âmbito da Agenda Europeia da Migração;

Relatora - Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)

COM(2017)85 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 182/2011, que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão;

Relator: Deputado António Gameiro (PS)

- 5. Apreciação e votação de relatórios finais de todas as petições cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
- 6. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 7. Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), foi comunicada a baixa à Comissão do *Projeto de Resolução n.º 940/XIII/2.ª (PCP) - [Recomenda a construção urgente do novo edifício do Palácio da Justiça, em Coimbra](#)*, tendo o Grupo Parlamentar proponente informado a mesa de que pretendia remeter para o Plenário a respetiva discussão, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da AR.

No segundo ponto da ordem do dia, que consistia na discussão e votação na especialidade de oito iniciativas legislativas, procedeu-se ao adiamento de todas elas para a reunião seguinte, com base nos seguintes fundamentos:

- [Projeto de Lei n.º 347/XIII/2ª \(PCP\)](#) - Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), e [Projeto de Lei n.º 467/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação (5.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho), a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP em virtude de os Senhores Deputados António Filipe e Jorge Machado se encontrarem ausentes, em missão no estrangeiro.

- [Proposta de Lei n.º 61/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Estabelece o regime jurídico da prevenção, proibição e combate da discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem; [Projeto de Lei n.º 470/XIII/2.ª \(CDS-](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 60/XIII/ 2.ª SL

[PP](#)) - Reforça o regime sancionatório aplicável à discriminação em razão da deficiência, alterando o artigo 240.º do Código Penal; e [Projeto de Lei n.º 471/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Altera o Código Penal, reforçando o combate à discriminação racial (em nova apreciação), por ter sido requerida pelo Grupo Parlamentar do PS a discussão e votação, de forma autonomizada, da Proposta de lei, e a discussão dos dois projetos de lei identificados em conjunto com a Proposta de Lei n.º 90/XIII/2.ª (GOV), que entretanto baixara à Comissão, para discussão e votação na especialidade.

- [Projeto de Lei n.º 484/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - 2.ª Alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal e 1.ª alteração à Lei n.º 40/2013, de 25 de junho, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, em virtude de terem sido requeridas, no âmbito da respetiva discussão, as audições presenciais do Presidente do instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses (pelo Grupo Parlamentar do PS) e do Conselho de Fiscalização da Base de dados de Perfis de ADN (Grupo Parlamentar do PSD), tendo o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) sugerido que se aproveitasse essa vinda do Conselho para também fazer a apresentação do Relatório sobre o Funcionamento da Base de Dados de Perfis de ADN, já distribuído aos deputados, sugestão que mereceu a concordância dos demais.

- [Proposta de Lei n.º 79/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o regime especial de acesso a dados de base e a dados de tráfego de comunicações eletrónicas pelo SIRP; e [Projeto de Lei n.º 480/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Acesso a dados de tráfego, de localização ou outros dados conexos das comunicações por funcionários e agentes dos serviços de informações da República Portuguesa, uma vez que se encontravam em falta dois pareceres escritos solicitados pela Comissão.

A pedido da Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), e por ter de se ausentar da reunião, passou-se de imediato ao quarto ponto da ordem do dia, com a apreciação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho - segundo relatório intercalar: primeiros resultados sobre o Quadro de Parceria com os países terceiros no âmbito da Agenda Europeia da Migração ([COM \(2016\) 960](#)), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 60/XIII/ 2.ª SL

Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

Em seguida – regressando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos -, em cumprimento do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, procedeu-se à fixação da redação final do texto que "Recomenda ao Governo que proceda ao bloqueio do acesso a sítios da *Internet* e aplicações digitais potencialmente perigosos ou impróprios para menores" [[PJR n.º 860/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV, as sugestões de redação constantes da Informação n.º 155/DAPLEN/2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Retomando o quarto ponto, foi apreciado o relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira ([COM \(2016\) 747](#)), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

Por não se encontrar presente o relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS), foi adiada a apresentação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 182/2011, que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão ([COM \(2017\) 85](#))

Não havendo lugar à apresentação de relatórios finais de petições, passou-se ao sexto ponto, que consistia na apreciação de dois pareceres da Subcomissão de Ética, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), na qualidade de Presidente da referida Subcomissão, para explicitar que o primeiro parecer era no sentido de suspender os mandatos do Senhor Deputado Hugo Alexandre Polido Pires e da Senhora Deputada Palmira Maciel Fernandes da Costa, nos termos da aplicação conjugada da alínea a) do n.º 3 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados e do n.º 1 do mesmo artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, determinando que tal suspensão devia ser limitada ao tempo estritamente necessário à realização da audiência de julgamento;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 60/XIII/ 2.ª SL

e o segundo no sentido de autorizar a audição da Senhora Deputada Carla Tavares no âmbito do processo que corre os seus termos no 3.º Juízo Local Criminal de Aveiro. No final, submetidos a votação, os dois pareceres foram aprovados por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 60/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Gameiro
José Luís Ferreira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Filipe
Fernando Anastácio
Jamila Madeira
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha